

Cidadão poderá acompanhar obras que governo financia

Projeto em exame no Senado estabelece implementação de cadastro informatizado que identificará obra do início ao fim. Medida facilitará trabalho de órgãos fiscalizadores e permitirá consulta pública pela internet



Obras como o projeto Pórtico Metrópole, que será o marco de entrada da cidade de Belém (PA), na divisa com Ananindeua, poderão ter sua execução acompanhada passo a passo

especial
Cidadania

O governo desconhece quais são as obras espalhadas pelo país que recebem recursos federais:

não há um cadastro que reúna as informações sobre onde e como é gasto o dinheiro. Para mudar esse quadro, a Comissão

de Ciência e Tecnologia aprovou projeto de Jefferson Praia, enviado ao exame da CCJ, que institui controle unificado. 4

Papaléo quer ação social pelo voto consciente

Papaléo Paes recomendou aos eleitores análise cuidadosa do passado dos candidatos. Já Cristovam Buarque defendeu um projeto "conta limpa", para divulgação dos gastos de campanha. 3

Alvaro critica Lula por fala sobre dossiês

Alvaro Dias afirmou estar surpreso com a afirmação do presidente Lula de que espera que as oposições "não inventem dossiês todo dia". Para o senador, Lula agiu "de forma desonesta intelectualmente". 3



Em evento com servidores, Sarney ressalta redução de gastos

Em recepção aos novos servidores, o presidente do Senado afirmou que foram extintos 500 cargos da estrutura administrativa da Casa, reduzindo os gastos nos últimos anos, sem comprometer a qualidade dos serviços. Segundo José Sarney, havia 1.200 vagas em aberto nos últimos anos, decorrentes principalmente de aposentadorias. Os novos 346 funcionários começaram a ser admitidos em abril de 2009. 2

Servidores concursados foram recebidos pelo presidente do Senado em café da manhã

Senador diz que, além de extinguir 500 cargos em sua estrutura administrativa, a Casa reduziu consideravelmente suas despesas, sem comprometer a qualidade dos serviços



José Sarney cumprimenta, em solenidade na Assefe, os novos servidores concursados do Senado Federal

Senado reduziu pessoal e cortou gastos, afirma Sarney

O SENADO EXTINGUIU 500 cargos de sua estrutura administrativa, reduzindo consideravelmente os gastos nos últimos anos, sem comprometer a qualidade dos serviços. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Casa, José Sarney, durante solenidade de recepção dos novos servidores concursados do Senado. Foram empossados 346 novos funcionários para preenchimento de vagas existentes.

– Havia 1.200 vagas em aberto nos últimos anos, decorrentes principalmente de aposentadorias. Desse total, extinguimos 500 e acabamos de contratar 346 por concurso

público. Por enquanto, não há previsão de novos concursos, porque estamos em processo de uma reforma administrativa da Casa – afirmou Sarney.

Ele disse ainda que o Senado precisa votar o Plano de Cargos e Salários, pois o da Câmara dos Deputados já foi aprovado e enviado à sanção do presidente da República, não podendo haver discrepância salarial entre as duas Casas do Legislativo.

– Minha orientação era de que os dois planos fossem votados no mesmo dia, mas eu estava no exterior e, infelizmente, o plano da Câmara foi posto em votação e aprovado sem o do Senado.

José Sarney também elogiou o processo eleitoral em curso e os candidatos José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). O senador considera que a campanha está transcorrendo em alto nível, no plano das ideias e da comparação de programas de governo.

– Estamos presenciando um processo bonito, em que cada um expõe suas ideias e projetos, sem agressões, e deixa as questões pessoais fora do debate – frisou.

Sarney disse ainda que o processo democrático brasileiro está cada vez mais maduro “e todos nós amadurecemos juntos com isso”.

Suplicy aponta força do futebol para a aproximação dos povos

Eduardo Suplicy (PT-SP) desejou boa sorte aos jogadores de futebol do Brasil que disputam a Copa do Mundo e enalteceu a importância da disputa para a interação entre brancos e negros na África do Sul.

O senador lembrou a participação do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela na realização do evento. Também enfatizou a ação de Mandela em outro campeonato mundial realizado em seu país, o de rúgbi, retratado no filme *Invictus*. De acordo com Suplicy, Mandela sugeriu que a seleção de rúgbi realizasse muitos de seus treinamentos em bairros pobres e favelas, o que “promoveu uma

integração formidável”.

O senador ressaltou proposta feita em viagem à Coreia do Sul de que a seleção brasileira de futebol realizasse dois jogos com uma seleção mista das duas Coreias, um em cada capital, Seul e Pyongyang. Ele lembrou o jogo que o Brasil realizou no Haiti em 2004, quando a seleção brasileira foi recebida por uma multidão, poucos meses depois de o país passar por uma guerra civil.

Na ocasião, lembrou o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a realização de jogos da seleção brasileira com uma seleção mista de Israel e da Palestina, com o intuito de



Eduardo Suplicy: Copa do Mundo promove interação na África do Sul

aproximar esses povos.

No mesmo pronunciamento, Eduardo Suplicy pediu ao técnico Dunga que pare de realizar treinos secretos e pediu à Mesa do Senado que divulgue o plano de ajuste de salários de carreiras do Senado, antes de sua votação, prevista para esta semana.

Renan: agricultor nordestino já pode renegociar dívidas

Renan Calheiros (PMDB-AL) informou ontem que os pequenos e médios agricultores do Nordeste com dívidas de financiamentos já podem procurar os bancos para sua renegociação. Desde sábado, a Medida Provisória 472/09, modificada pelos senadores, foi transformada na Lei 12.249/10. Se a dívida do agricultor for de até R\$ 10 mil, ela será perdoadada. Se superar R\$ 80 mil e o agricultor não tiver capacidade de pagamento, haverá descontos, disse. O senador lembrou ainda ter obtido com o presidente da República a prorrogação da subvenção econômica para os pequenos fornecedores de cana-de-açúcar do Nordeste – R\$ 5 por tonelada.

Renan disse ainda que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) arrematou em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo as novas linhas de transmissão de energia elétrica em Arapiraca (AL).



Gerardo Magda

“Espetáculo traduz sentimento cristão do povo do Piauí”, diz o senador

Mão Santa elogia Caminhada da Fraternidade

O senador Mão Santa (PSC-PI) registrou a realização da Caminhada da Fraternidade, ocorrida no Piauí nesse final de semana. O senador disse que o evento religioso, promovido há 15 anos, já faz parte da cultura piauiense. Os donativos arrecadados pelos organizadores da caminhada são destinados a entidades beneficentes locais.

– O espetáculo traduz o sentimento cristão do povo do Piauí, com alegria, cânticos, música. Religião é isso. Deus não nos colocou aqui para sermos infelizes, não – afirmou.

Correção

Ao contrário do que foi publicado na edição de ontem, na matéria “CCT vota obrigação de ensino privado investir em pesquisa”, o projeto (PLS 409/03) aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) determina a criação de um programa de estímulo à pesquisa, com participação obrigatória das universidades particulares, e não a criação de uma fundação de pesquisa. A proposta será votada agora em turno suplementar. O texto corrigido pode ser lido em www.senado.gov.br/agencia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não terá votações

10h A sessão de hoje, não deliberativa, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

CE Nível superior para professor de escola

10h Entre os 22 itens da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, está incluído projeto que exige formação de nível superior para os professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio). Também deverá ser analisado o projeto que dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência. Foi aprovado substitutivo ao texto original, que tramita com decisão terminativa na comissão.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Augusto Botelho • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Mozarildo diz que falta ambulância, mas governador vai trabalhar de helicóptero

Mozarildo critica governador do estado de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou da tribuna a administração do estado de Roraima, sustentando que o governador Anchieta Júnior "se aliou a seu antigo adversário", promove "desmandos" e ameaça com processos jornalistas que fazem reparos ao governo estadual.

– Em Roraima, falta ambulância para atender a população – disse o senador, acrescentando que, no entanto, o governador vai trabalhar de helicóptero "e não falta jatinho para ir para onde ele quiser ir, até mesmo para Miami".



Projeto de Augusto prevê exigência para unidades federais de conservação

Augusto quer exigir plebiscito para criar áreas de proteção

Augusto Botelho (PT-RR) apresentou projeto de lei que torna obrigatória a realização de plebiscito nos estados em que se pretenda criar unidades federais de conservação da natureza.

Para o senador, deixar a decisão de criação de unidades de conservação somente à União, e ignorar a opinião da população diretamente afetada pela medida, como ocorre hoje, implica menosprezar o princípio federativo, base do ordenamento político brasileiro e uma das cláusulas pétreas da Constituição de 1988.

Alvaro Dias: Lula foi "desonesto intelectualmente"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que "causou surpresa" a afirmação do presidente Lula na convenção do PT, no domingo, quando ele disse esperar que as oposições "não façam jogo rasteiro, inventando dossiês todo dia".

– O presidente, ao nosso ver, de forma desonesta intelectualmente, tentou responsabilizar

a oposição pelos dossiês. Como é que a oposição faria dossiês contra ela mesma? A prática de dossiês é fascista, é covarde, é coisa de "politicalhões" – sustentou.

O senador lembrou que o delegado aposentado da Polícia Federal Onésimo Sousa confirmou que foi procurado por pessoas da campanha da

candidata Dilma Rousseff para investigar até a família do candidato José Serra.

Edison Lobão (PMDB-MA) disse que à candidata não interessa "tumultuar o processo eleitoral". Já Eduardo Suplicy (PT-SP) leu trechos do discurso de Dilma Rousseff em que ela diz que quer confrontar projetos e programas com seus adversários.



Alvaro Dias argumenta que oposição não faria dossiê contra ela própria

Fotos de Geraldo Magela

Papaléo Paes pede a eleitores que examinem o passado dos candidatos

Senador chama a atenção para responsabilidade de quem vota. Ele pondera que o político não se transforma em corrupto após ser eleito, mas tem um comportamento criminoso que já faz parte da personalidade do candidato

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) pediu aos eleitores que façam escolhas conscientes. Na avaliação dele, a melhor maneira de atingir esse objetivo é preceder o voto de uma análise cuidadosa do passado político do candidato, das suas realizações, mas também do seu caráter.

O parlamentar avalia que o político não se transforma em corrupto após ser eleito. Esse comportamento criminoso já faria parte da personalidade do candidato. Daí a responsabilidade de quem vota. Ele observou que ainda há dúvidas sobre a validade da Lei da Ficha Limpa. Para o senador, o parecer emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de que a lei valerá somente para o candidato que tiver cometido crime após a sanção daquele texto, em 4 de junho.

O projeto Ficha Limpa, aprovado em 19 de maio no Senado



Papaléo ressalta que ainda há dúvidas sobre a validade da Lei da Ficha Limpa

Federal, impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada, por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas.

Para que o eleitor se conscientize da necessidade de ter um papel ativo, o senador sugeriu a mobilização de agentes sociais da Igreja Católica e outras organizações religiosas.

– Façam a pregação que a lei é a formalidade de um processo do qual o povo é o responsável – defendeu.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) disse que ainda é comum se ouvir no Nordeste e em Rondônia o lema do "rouba, mas faz". Ele condenou quem desvia verbas públicas.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) recomendou aos cidadãos que

votam a investigação da trajetória política dos candidatos, das obras que realizou e dos bens que adquiriu, para ver se são compatíveis com a renda declarada.

Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou aos tribunais para que acelerem os julgamentos de processos em que os candidatos figurem como réus, de modo que os condenados fiquem impedidos de disputar o pleito de outubro deste ano.

Belo Monte

Papaléo Paes comentou ainda notícia publicada no jornal *O Liberal*, de Macapá, sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), frisando a opinião do coordenador da Campanha de Energias Renováveis do Greenpeace, Ricardo Baitelo, segundo o qual há outras possibilidades de geração de energia, como a eólica e a de biomassas.

Cristovam defende divulgação de gastos pelos candidatos

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu em Plenário a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto "conta limpa" – semelhante ao chamado Ficha Limpa – para obrigar todos os candidatos a cargos eletivos a divulgar detalhadamente seus gastos de campanha.

O senador disse que, para que os eleitores possam fiscalizar os dispêndios dos candidatos, será necessário primeiro que se crie

lei fixando os limites de gastos nas campanhas para cada tipo de cargo político – vereador, prefeito, deputado estadual, distrital ou federal, senador, governador e presidente da República.

– A possibilidade de gastar de maneira ilimitada faz com que muitos candidatos com ficha limpa não estejam ganhando democraticamente – alertou o parlamentar.

Para tornar efetiva a transparência dos gastos de campanha, Cristovam considerou ainda necessária a abertura do sigilo bancário dos candidatos e a divulgação dos nomes dos doadores de recursos para as campanhas eleitorais.

Em aparte, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Edison Lobão (PMDB-MA) manifestaram apoio ao pronunciamento.



Cristovam sugere projeto "conta limpa" para garantir transparência

Votação confirma coligação legítima, afirma Valter Pereira



Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que os 560 votos (de um total de 659) favoráveis à aliança com o Partido dos Trabalhadores, na Convenção Nacional que o PMDB realizou no final de semana, afastam "qualquer dúvida quanto à legitimidade da decisão". Ele disse que, embora muitos militantes tenham ficado desapontados

pelo fato de o PMDB não ter um candidato próprio à Presidência da República, a candidatura do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer, à Vice-Presidência, "é um importante passo no sentido de resgatar a identidade nacional" do partido.

O senador disse que a decisão tomada na convenção é coerente com os compromissos assumidos pelo PMDB, que integra a base do governo do presidente Lula no Congresso Nacional.

Raupp comemora resultado da convenção do PMDB



Valdir Raupp

A convenção realizada pelo PMDB no final de semana foi "extraordinária e uma das mais bonitas do partido", afirmou ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A reunião partidária aprovou a indicação do presidente da Câmara, Michel Temer, como candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff à Presidência da República.

Temer, disse Raupp, "conseguiu unificar o partido" e a "chapa Dilma-Temer é perfeita, por unir uma pessoa com determinação extraordinária já comprovada, como Dilma, e um homem experimentado e conciliador, como Temer".

O senador destacou ainda que amanhã, em Porto Velho, discute a regulamentação, sancionada com vetos, da emenda constitucional referente aos servidores do então território de Rondônia.

Apoio do PMDB ao PT não é de conveniência, diz Renan



Renan Calheiros

A decisão do seu partido de oficializar a aliança com o PT para a eleição presidencial deste ano foi saudada por Renan Calheiros (PMDB-AL). Para o senador, o resultado da convenção é um desdobramento do apoio que o PMDB vem dando ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Não é apoio de conveniência, mas aliança que vem de longe, consequência natural e lógica, renovação da coerência de quem ajudou a votar e propôs a implementação das políticas hoje vitoriosas – afirmou.

Renan disse ainda que Michel Temer, candidato a vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff, é "um homem que dispensa apresentações" e que as inúmeras distinções recebidas pelo deputado federal em sua carreira são "todas merecidas".

Cadastro único aumentará o controle sobre obras públicas

Hoje o governo não sabe exatamente onde e em que obras são aplicados os recursos da União

POUCOS BRASILEIROS SABEM que o governo desconhece quais são as obras espalhadas pelo país que recebem recursos federais. Não há um cadastro unificado com as informações sobre onde e como é gasto o dinheiro destinado a obras públicas.

Essa constatação, que não é nova – a Comissão Temporária do Senado de Obras Inacabadas tem recomendado uma providência desde 1995 –, motivou projeto do senador Jefferson Praia (PDT-AM) que institui o controle unificado de todas as obras de engenharia e serviços com recursos da União. A matéria (PLS 439/09) foi aprovada no início de junho pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta é que o Ministério do Planejamento regulamente e implemente esse cadastro informatizado, que, entre outros dados, terá um número que identificará a obra do início ao término. Isso facilitará não só o

trabalho dos órgãos de fiscalização e controle – como os tribunais de contas e a Controladoria-Geral da União (CGU) –, como também permitirá a consulta pública pela internet.

O que existe atualmente são cadastros separados, “sendo que alguns não têm confiabilidade”, afirmou ao **Jornal do Senado** o presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Cezar Augusto Motta. Para ele, o desconhe-

cimento reside nas pequenas obras alimentadas pelos repasses federais a estados e municípios. São poucos os estados em que os tribunais de contas possuem sistema informatizado que permita ter controle sobre as obras públicas, inclusive as que recebem recursos da União, principalmente por meio de emendas parlamentares direcionadas para obras menores.

Os empreendimentos de grande vulto – acima de R\$ 20

milhões, quando forem recursos do orçamento fiscal, e acima de R\$ 60 milhões, no caso das estatais, pelos critérios definidos no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) – geralmente são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). “As obras que o TCU fiscaliza estão no PPA. Mas nem todas as obras do PPA são fiscalizadas pelo TCU”, diferencia um dos três secretários de Fiscalização de Obras do tribunal, André Mendes.



A obra do Canal da Maternidade, no Acre, foi alvo de denúncia de corrupção em 1991 e só foi concluída nos anos 2000

Olho vivo

Normas que prefeitos e governadores devem seguir e podem ser cobradas pelos cidadãos

- ✘ A execução de obras públicas não pode ser fruto de decisões apressadas e depende de planejamento, investimento em projetos e profissionais habilitados.
- ✘ Não se iniciam obras sem se dispor da totalidade dos recursos.
- ✘ É fundamental realizar planejamento adequado; os projetos devem estar embasados em estudos prévios que demonstrem sua viabilidade técnica e financeira, a origem dos recursos e os prazos adequados para a execução das obras.
- ✘ Cuidar para que o projeto básico para licitação sempre contenha todos os elementos técnicos obrigatórios e necessários; consulte orientação técnica (OT IBR 1/06) no site do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (veja *Saiba mais, nesta página*).
- ✘ Município deve dispor de profissional habilitado e capacitado para elaboração de projetos, orçamentos, editais, julgamento de licitação e fiscalização de obra ou serviço de engenharia.
- ✘ É necessário o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em que o profissional se responsabiliza pelo projeto, orçamento, execução e fiscalização das obras.

Bom exemplo

Em Mato Grosso, já é possível ter detalhes das obras do governo



DADOS DA OBRA	
Órgão Público:	
Contrato/Ano - Nº Obra:	
Engenheiro de Execução:	
Engenheiro de Fiscalização:	
Data Início da Obra:	
Situação/Data:	
Valor Inicial(R\$):	
Valor Total da Medição(R\$):	

Retrato do desperdício será feito pelos Creas

Outros dois projetos, além do que instituiu o cadastro de obras públicas, compõem a contribuição do Senado para auxiliar no controle e na fiscalização de empreendimentos com recursos federais, segundo Jefferson Praia. Um deles (PLS 58/08), apresentado por Fernando Collor (PTB-AL), do qual Praia é relator, está na pauta da Comis-

são de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para ser votado em decisão terminativa.

O projeto institui um relatório com todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano e que contam com recursos federais, a ser elaborado pelos engenheiros e arquitetos

do sistema Confea/Crea, com valores, prazos e outras características do empreendimento. O documento deverá ser encaminhado até 31 de dezembro de cada ano às duas Casas do Congresso, ao TCU, à CGU e ao Ministério Público da União.

Apresentado por Jefferson Praia, o outro projeto (PLS 104/10), cujo relatório de Ro-

meu Tuma (PTB-SP) está pronto para ser votado pela CCJ, estabelece parâmetros claros de controle de custos das obras públicas e avaliação de preços do mercado, com base nos sistemas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Sicr) e da Caixa Econômica Federal (Sinapi), divulgados pela internet.

Experiência bem sucedida ajuda a evitar irregularidades

Mato Grosso é um dos cinco estados que conhecem todas as obras públicas tocadas em seu território, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop). Os outros são os três estados da região Sul e o Piauí. Em julho de 2008, o tribunal de contas mato-grossense conseguiu implantar um sistema informatizado preparado para receber imagens digitalizadas, com as coordenadas geográficas e fotos de satélite, no caso de obras de grande vulto. Desde então, 3.474 obras foram cadastradas, totalizando R\$ 1,7 bilhão.

As prefeituras, as câmaras de vereadores e os órgãos

da administração indireta enviam todas as informações, desde o aviso de licitação até o recebimento final da obra, inclusive com fotos georreferenciadas, que permitem o monitoramento remoto do estágio do empreendimento, explica a coordenadora do núcleo de engenharia do TCE-MT, Narda Consuelo Silva.

Além de facilitar o trabalho de auditoria do tribunal – quando a equipe se desloca para o local já possui dados mais seguros que auxiliam na fiscalização –, o sistema, intitulado Geoobras, viabiliza o controle social e está alojado na página da internet www.tce.mt.gov.br.

CGU: contratação da Caixa melhorou fiscalização

As pequenas obras nos municípios passaram a ser mais bem fiscalizadas depois que a Caixa Econômica Federal foi contratada como agente operador de recursos transferidos por mais de 15 ministérios, afirmou o secretário de Controle Interno da CGU, Valdir Agapito. A Caixa só libera o recurso, disse Agapito, depois que a prefeitura licitou e contratou a obra. “O dinheiro vai direto para a empresa contratada após a

medição da obra”.

A CGU acompanha esses contratos de repasse por amostragem. Quando verifica algum indicio de irregularidade, recomenda que a Caixa tome providências. Outra modalidade de fiscalização das obras de menor porte que recebem recursos federais é a do sorteio de municípios. Quando possuem menos de 20 mil habitantes, a CGU faz uma varredura completa nas contas

do município sorteado.

Naqueles entre 20 mil e 100 mil habitantes, a auditoria verifica as áreas sociais, como saúde, educação e assistência social, e sorteia outra, como agricultura, turismo, indústria ou comércio. Entre 100 mil e 500 mil habitantes, a CGU só fiscaliza as áreas sorteadas (uma social e uma temática). E nas 37 cidades acima de 500 mil habitantes, a CGU só atua em trabalhos específicos.

Saiba mais

Parcer sobre PLS 439/09 aprovado na CCT
<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/78846.pdf>

Relatório sobre PLS 58/08 na CMA
<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/77239.pdf>

PLS 104/10
<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/75772.pdf>

Tribunal de Contas de Mato Grosso (Geoobras)
www.tce.mt.gov.br/conteudo?sid=172

(65) 3613-7669 (ouvidoria)

Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
www.ibraop.org.br

Tribunal de Contas da União
<http://portal2.tcu.gov.br/TCU>

Controladoria-Geral da União
www.cgu.gov.br